**PROCESSO DE UNIFORMIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL
PRIVADO NAS AMÉRICAS:
Tratado de Lima de 1878, Tratados de Montevideu de 1889 e 1940 e Código de
Bustamante**

**PROCESS OF UNIFORMIZING PRIVATE LAW IN THE AMERICAS: LIMA TREATY
OF 1878, MONTEVIDEO TREATIES UNIFORMIZATION PROCESS OF PRIVATE
INTERNATIONAL LAW IN THE AMERICAS:
Lima Treaty of 1878, Montevideo Treaties of 1889 and 1940 and Customer Code**

Recebimento em 15/01/2021
Aceito em 03/04/2021

Paul Hugo Weberbauer¹
Lorena Ferreira de Araújo²

RESUMO

O presente artigo tem como objeto a verificação da contribuição americana ao processo de uniformização do Direito Internacional Privado a partir do estudo dos antecessores das Convenções Especializadas Interamericanas sobre Direito Internacional Privado – CIDIPs. Para tal fim, o artigo fará um recorte histórico, partindo das iniciativas de Simón Bolívar, com a conformação política regional do século XIX, descrevendo o envolvimento dos Estados Americanos na construção do Direito Privado no continente americano, traçando o contexto que permitiu o surgimento das Conferências Especializadas Interamericanas sobre Direito Internacional Privado e a influência desse histórico na elaboração das convenções americanas, destacando as características decisivas no desenvolvimento das codificações, bem como seus principais objetos de Direito Privado. Abordar-se-á o fenômeno da uniformização no Direito Americano, apresentando a recepção e a aplicação do Tratado de Lima de 1878, dos Tratados de Montevideu de 1888/1889 e sua revisão em 1939/1940, bem como do Código de Bustamante, de 1928. Traçar-se-á um breve comparativo dos principais marcos dos citados Tratados e do Código de Bustamante, expondo as inovações para a integração regional, com foco na cooperação dos temas codificados ao processo de uniformização americana. A metodologia utilizada será a dedução, utilizando-se da investigação legislativa e doutrinária sobre o tema.

Palavras-chave: Direito Internacional Privado. Tratado de Lima de 1878. Tratados de Montevideu. Código de Bustamante. Uniformização do Direito Privado.

ABSTRACT

The purpose of this article is to verify the American contribution to the process of standardizing Private International Law based on the study of the predecessors of the Inter-American Specialized Conventions on Private International Law - CIDIPs. To this end, the article will make a historical outline, starting from the initiatives of Simón Bolívar, with the regional political conformation of the 19th century, describing the involvement of American States in the construction of Private Law in the American continent, tracing the context that allowed the emergence of Inter-American Specialized Conferences on Private International Law and the influence of this history in the elaboration of American conventions, highlighting the decisive characteristics in the development of codifications, as well as their main objects of Private Law.

¹ Doutor em Direito (UFPE). Professor de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito do Recife (UFPE).
² Mestranda em Direito (UFPE).

The phenomenon of uniformization in American Law will be addressed, presenting the reception and application of the 1878 Treaty of Lima, the 1888/1889 Montevideo Treaties and its revision in 1939/1940, as well as the Bustamante Code, of 1928. A brief comparison of the main milestones of the aforementioned Treaties and the Code of Bustamante will be drawn up, exposing innovations for regional integration, with a focus on the cooperation of the codified themes to the American uniformization proc.

Keywords: Private International Law. Lima Treaty of 1878. Treaties of Montevideo. Bustamante Code. Standardization of Private Law.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Americano, especificamente as iniciativas americanas de uniformização do Direito Internacional Privado, tem contribuído para o desenvolvimento da temática em âmbito global, sendo a proposta do presente estudo a verificação da carga jurídica indicativa do fomento continental ao desdobramento e alinhamento da standardização do Direito Privado Americano. As primeiras tentativas remetem à idealização de confederação e união dos Estados Americanos, como foi planejado por Simón Bolívar no Congresso do Panamá de 1826, com a participação de GranColombia (Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela de hoje), Peru, México e a Federação Centro-americana (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua).

A partir disso, tem-se uma série de tratativas regionais para estabelecer as bases de integração americana e uniformização do Direito, objetivando o desenvolvimento do continente e a garantia da independência daqueles que habitam entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico.

Percorrendo-se as iniciativas do século XIX, até os dias atuais, encontra-se, além do desenvolvimento da uniformização em âmbito global, a estruturação da padronização na América, com a elaboração de codificações que se tornaram o fundamento das CIDIPs, nas quais há a aprovação de convenções especializadas na esfera do Direito Internacional Privado.

Durante o marcado período histórico, viu-se a passagem de centralizadoras codificações para a escolha de elaboração de acordos em assuntos específicos, mas flexíveis, permitindo um rearranjo diante das múltiplas legislações internacionais e de cada Estado.

O presente estudo constatará a contribuição americana ao processo de uniformização do Direito Internacional Privado, traçando um contexto histórico com enfoque no Tratado de Lima de 1878, nos Tratados de Montevideu de 1888/1889 e sua revisão em 1939/1940, bem como no Código de Bustamante de 1928, que são a base das atuais CIDIPs.

Quanto à metodologia, o estudo se utiliza da dedução, cujas informações são oriundas da pesquisa dogmática de artigos que trazem conteúdo relevante para o tema proposto e da investigação legislativa dos documentos citados.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INICIATIVA DE UNIFORMIZAÇÃO AMERICANA

A partir das crescentes conquistas do processo de globalização jurídica (THORNILL, 2017), com proeminência atual de temas internacionais como Arbitragem Comercial, Direito Comercial, Direitos Humanos e, ainda, os processos de importação e exportação (GARTH, 2009), verifica-se a padronização de matérias jurídicas como contribuição para a construção da aldeia global, de forma integrativa. No aspecto regional, constata-se o desenvolvimento da standardização ao compreender o papel dos Estados americanos ao observar a gradativa evolução dos sucessos eventos históricos, políticos e jurídicos do Direito Internacional Privado.

Nas iniciativas de Uniformização do Direito Privado, no contexto continental americano, encontra-se variadas tratativas e documentos oficiais desde o século XIX até as décadas atuais.

Entre as principais reuniões com a finalidade de unir o Direito Privado nas Américas, tem-se o Congresso do Panamá, promovido por Simón Bolívar, em 1826, destacado por Renato Alvares Gaspar e Mariana Romanello Jacob (2014, p. 690-691) como “um dos primeiros passos – mesmo ainda não embasados juridicamente – rumo à codificação do DIPr e aos tratados internacionais”.

Após o citado Congresso, muitos convites, reuniões e legislações sucederam, tendo como destaque o Tratado de Confederação (REZA, 2010, p. 19-20), assinado em 8 de fevereiro de 1848, e os Congressos Americanos de Santiago, em 1856 e 1857, e de Lima, em 1864 e 1865, dos quais resultaram o Tratado de Confederação Continental – ou Tratado de União Americana –, de 1856, bem como o Tratado de União e de Aliança Defensiva, o Tratado sobre Conservação da Paz entre os Estados de América Contratantes e o Tratado de Correios e Tratado de Comércio e Navegação (REZA, 2010, p. 23-24).

Entretanto, com a virada do século, em meados do século XX, vê-se a gradual perda da relevância desses documentos. Como mencionado por Germán Reza, “o declive do movimento confederativo se viu estimulado pelo processo de diferenciação e a rivalidade dos Estados do subcontinente, assim como pelo desaparecimento da ameaça de reconquista, ao menos a espanhola” (REZA, 2010, p. 24)³.

No corpo dos textos dos tratados e demais documentos firmados no século XIX, encontra-se o objetivo primário dos Estados participantes de criar, com união dos povos americanos, um mecanismo de defesa contra a dominação de outros povos e a favor do fortalecimento da independência americana. Entretanto, com a solidificação da independência dos Estados americanos, o objetivo principal das reuniões e do estabelecimento de tratados foi perdendo o significado. Sobre isso, Germán Reza menciona que “para alguns analistas, o aspecto defensivo das confederações as converteu em desnecessárias naquela época” (REZA, 2010, p. 24)⁴.

Entretanto, o objetivo político mudou e passou a centralizar nas produções jurídicas no contexto americano. Nesse intuito, tem-se, em 1875, o patrocínio peruano para a realização da Conferência diplomática realizada em 1877, em Lima, que resultou, em 1878, na assinatura do Tratado de Lima, considerado como um marco à tradição da Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (RODAS; MONACO, 2007, p. 101; GASPAR; JACOB, 2014, p. 691).

É perceptível a abertura política dos Estados americanos para definir como objetivo, ainda que de longo prazo, a concretização de iniciativas de Uniformização do Direito Privado. É o caso, por exemplo, do Relatório brasileiro do ano de 1876, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 16ª Legislatura pelo Ministro das Relações Exteriores, João Maurício Wanderley, no qual se cita o convite peruano, feito ao Brasil, para participar do Congresso de Plenipotenciários Jurisconsultos, destinados a tornar uniformes as legislações dos Estados americanos⁵.

O Ministro Wanderley ressaltou a importância da uniformização não somente no contexto americano, mas em um contexto e com ambições globais. Foi nesse mesmo sentido a iniciativa italiana de Pasquale Stanislao Mancini, em 1881, ao enviar convites aos representantes de

³“El declive del movimiento confederativo se vio estimulado por el proceso de diferenciación y larivalidad de los Estados del subcontinente, así como por ladesaparición de la amenaza de reconquista, al menos la española.”

⁴“Para algunos analistas, el aspecto defensivo de las confederaciones las convirtió em in necesarias en aquella época.”

⁵“O governo imperial reconhece a conveniencia e mesmo a necessidade de se tornarem uniformes as legislações nos pontos indicados; crê que isso é possível em certa extensão, mas pensa que só se obterá em futuro remoto, menos pela ação diplomática do que pela científica, individual e colectiva, e que é preferível aguardar o resultado dos trabalhos do instituto de direito internacional. Também entende que, como a matéria não é de interesse exclusivamente americano, antes conviria um congresso geral do que o exclusivamente americano que se propõe. Em todo caso nada se poderia fazer sem permissão legislativa.” (BRASIL, 1877, p. 20)

diferentes Estados de diferentes regiões do mundo para participação em uma conferência diplomática para uniformização das regras de execução de sentença estrangeira (RODAS; MONACO, 2007, p. 101).

No continente americano, as tratativas de uniformização continuaram e, entre 1888 e 1889, foi realizado o Primeiro Congresso Internacional Sul-americano – chamado de Congresso de Montevidéu. Os trabalhos do citado Congresso resultaram na elaboração da primeira edição dos Tratados de Montevidéu (GASPAR; JACOB, 2014, p. 691-692). A segunda edição dos citados Tratados foi elaborada em resposta ao Código de Bustamante da Conferência Pan-americana, elaborado em 1928. O Congresso de Montevidéu realizou a revisão dos Tratados de Montevidéu, entre os anos 1939 e 1940, fruto dos trabalhos do Segundo Congresso Internacional Sul-americano.

Em 1889, no ano que se publicava os Tratados de Montevidéu pelo Congresso Internacional Sul-americano reunido em Montevidéu, foi realizada a primeira das Conferências Pan-americanas na cidade de Washington, nos Estados Unidos (GASPAR e JACOB, 2014, p. 692). Entretanto, como explicado por Ana Maria Villela (1984, p. 7-8), a ocorrência de múltiplos congressos nesse período não evitou o surgimento de resistências quanto à ideia de uniformização legislativa, pressionando Estados como Argentina e Uruguai a afirmarem a superioridade das legislações internas⁶.

Contudo, ainda que as oposições dificultassem o desenvolvimento da matéria, as negociações continuaram. E, em 1906, no Rio de Janeiro, ocorreu a Terceira Conferência Internacional Americana, na qual foi criada a Junta Internacional de Jurisconsultos – atualmente chamada de Comissão Jurídica Interamericana, integrada posteriormente à Organização dos Estados Americanos (OEA) – que cuida da codificação do Direito Internacional Público e Privado, entre outros temas (OEA, 2020).

Até meados do século XX, é possível identificar que as codificações fizeram parte dos objetivos de muitas das reuniões dos Estados americanos, lidas como cruciais para a Uniformização do Direito Privado. E, como consolidação desse posicionamento americano, em 1928, ocorreu, em Havana, a Sexta Conferência Pan-americana, que culminou com a elaboração do Código de Bustamante (GASPAR; JACOB, 2014, p. 692), se tratando de uma legislação codificada de Direito Internacional Privado nas Américas que influenciaria a formulação dos trabalhos nas CIDIPs.

Como resposta às múltiplas fontes de elaboração de documentos jurídicos em matéria de Direito Privado nas Américas, em 1948, durante a Nona Conferência Pan-americana, em Bogotá, é firmada a Carta da Organização dos Estados Americanos (GASPAR; JACOB, 2014, p. 693). E, em 1975 (GASPAR; JACOB, 2014, p. 693), dá-se início à Primeira Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-I), que se estendem até os dias atuais.

Como comentado por Ruben Belandro⁷, até o surgimento das CIDIPs, a preferência americana era pela codificação das normas de Direito Internacional Privado. E, como ensina

⁶“Quanto ao Congresso de Montevidéu também houve reação dos participantes quanto à uniformização legislativa, o que obrigou os representantes da Argentina (Roque SaenzPeña) e do Uruguai (Gonzalo Ramirez) a desfazer o mal-entendido, deixando claro que não se desejava uniformizar legislações internas, mas sim cuidar da lei aplicável aos conflitos oriundos do concurso de jurisdições.” (VILLELA, 1984, p. 7-8),

⁷“La década de 1970 y la que hoyvivimos, marca elfin de lacodificaciónomnicomprensiva y lapulverización delaregulación de las relaciones jurídicas privadas extranacionales em una constelación de Convenciones particulares. [...] Como consecuencia de esta codificación gradual estamos presenciando unprocesoinflacionario de las normas de Derecho Internacional Privado antes nunca visto, que a diferencia de lainflación económica, no es un privilegio reservado a los países americanos, dado que se encuentra em todas partes Del mundo como un fenómeno de lacivilización moderna” (BELANDRO, 1989, p. 297). Tradução Livre: A década de 1970 e aquela em que vivemos hoje, marca o fim da codificação abrangente e a pulverização da regulação das relações jurídicas privadas estrangeiras em uma constelação de convenções particulares. [...] Como consequência dessa codificação gradativa, assistimos a um processo inflacionário das regras do Direito Internacional Privado nunca antes visto, que, ao

Carolina Magalhães Rech⁸, a abertura dessas Conferências deu início à realização de reuniões especializadas, com a elaboração e aprovação de resoluções, convenções, leis modelos e protocolos adicionais em matéria previamente definida.

Em 1975, ocorria a Primeira Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado no Panamá. O número de convenções firmada – o total de seis – e a presença dos representantes dos Estados americanos – com a participação de dezenove países – foram expressivos, indicando que a idealização de conferências para uniformizar o Direito Internacional Privado no âmbito das Américas tinha recebido apoio dos Estados participantes.

Outro dado importante sobre a CIDIP-I é a diversidade dos dezenove países participantes, sendo dois do Norte – Estados Unidos da América e México –, sete da América Central – Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana –, e dez países do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os Estados Sul-americanos estiveram presentes em número expressivo, o que reforça a disposição da América do Sul em estabelecer a uniformização no âmbito jurídico americano, com históricas iniciativas e participações nos Congressos dos séculos XIX e XX.

Nos anos seguintes foram realizadas sucessivas conferências, com aprovação de diferentes convenções e protocolos adicionais (AYALA; *et al*: 1998). A CIDIP-II ocorreu em 1979, em Montevidéu, com aprovação de sete convenções e um protocolo adicional. Em 1984, ocorreu a CIDIP-III, em La Paz, com elaboração de três convenções e um protocolo adicional. A CIDIP-IV, ocorreu em 1989, novamente em Montevidéu, aprovando três convenções. Em 1994, durante a CIDIP-V, por sua vez, ocorrida na Cidade do México, foram firmadas duas convenções.

Após a CIDIP-V, até a finalização do presente estudo, não há mais convenções aprovadas. Entretanto, houve a aprovação de resoluções e regulamento com foco no estabelecimento de modelos e normas em assuntos de interesse do continente americano. Nesse sentido, na CIDIP-VI, em 2002, foram aprovadas algumas resoluções, dentre elas, as que estabeleceram uma Lei Modelo e um Documento Uniforme sobre Direito Internacional Privado⁹. E, na CIDIP-VII, encerrada em 2009, foi aprovado um Regulamento Modelo¹⁰.

contrário da inflação econômica, não é um privilégio reservado aos países americanos, uma vez que está em toda parte do mundo como um fenômeno da civilização moderna.

⁸ “As Conferências Interamericanas de Direito Internacional Privado são reuniões especializadas, por iniciativa da OEA, que discutem um determinado assunto colocado em pauta previamente, buscando promover a uniformização e harmonização do direito internacional privado. Ao final de cada CIDIP, são criadas Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado, de acordo com o que se discutiu na Conferência. Desta forma, a sigla CIDIP designa, simultaneamente, a Conferência e seus frutos, as Convenções.” (RECH, 2008).

⁹ “A Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI) foi convocada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em seu Vigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, mediante a resolução AG/RES. 1393 (XXVI-O/96). [...] A sessão de encerramento teve lugar na sexta-feira, 8 de fevereiro de 2002, às 17h00. O Presidente da Conferência, Sua Excelência o Embaixador Didier Opertti, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, convidou as delegações acreditadas pelos Estados membros para participarem da CIDIP-VI a assinarem a Ata Final. O Presidente da Conferência pronunciou em seguida algumas palavras, manifestando seu prazer pelo êxito da Conferência, que aprovou uma Lei Modelo e um Documento Uniforme sobre Direito Internacional Privado; resumiu o trabalho realizado pela Conferência e frisou a importância dos acordos concluídos. Terminada a sua alocação, declarou oficialmente encerrada a Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado.” (OEA:2002)

¹⁰ “Mediante as resoluções AG/RES. 1923 (XXXIII-O/03) e AG/RES. 2033 (XXXIV-O/04), a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos convocou a Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI) e instruiu o Conselho Permanente a realizar consultas com os Estados membros acerca de possíveis temas da agenda. [...] A sessão de encerramento foi realizada em 9 de outubro de 2009 às 18h00. O Presidente da Conferência, Rodrigo Labardini, convidou as delegações dos Estados-membros credenciadas a participar da CIDIP-VII para assinar a Ata Final. A Secretaria-Geral da OEA, representada pelo Dr. Dante Negro, Diretor do Departamento de Direito Internacional, pronunciou algumas palavras de encerramento e expressou satisfação com o êxito da Conferência, a qual aprovou o Regulamento Modelo para o Registro de que trata a Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias. Finalmente, o Presidente da Conferência destacou o trabalho

Ainda sem publicação de Ata de Abertura da Oitava Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado até a finalização do presente estudo, o Departamento de Direito Internacional da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, ligado à OEA, discute os possíveis tópicos dos debates da CIDIP-VIII com um resumo das conquistas das reuniões anteriores¹¹ que, somado às Atas Finais das CIDIPs (OEA, 2002-2009) e ao quadro sinóptico de Elixeno Ayala e outros (1998), tem-se uma compilação dos textos aprovados pelas CIDIPs.

CONFERÊNCIA (AYALA; <i>et al</i> , 1998, tradução livre)	DOCUMENTOS OFICIAIS
CIDIP-I ¹²	CONVENÇÕES:

realizado pela Conferência e a importância dos acordos alcançados. Após essas palavras, declarou oficialmente encerrada a Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado, no que se refere ao tema II: Garantias mobiliárias: registros eletrônicos para a implementação da Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias.” (OEA, 2009).

¹¹“The Committee on Juridical and Political Affairs, at its ordinary session held on October 6, 2011, considered the selection of new topics for a possible Eighth Specialized Inter-American Conference on Private International Law. To date, seven Specialized Inter-American Conferences on Private International Law (CIDIP) have been held, resulting in the adoption of 27 Inter-American Instruments (including 20 Conventions, 3 Protocols, 1 Model Law, 1 Model Regulation and 2 Uniform Documents). These instruments cover various topics designed to create an effective legal framework for legal cooperation between Inter-American States, to assist States in the progressive codification and harmonization of their legal systems, and to foster justice and certainty in civil, family, commercial and procedural matters across borders. The process for the development and codification of private international law via CIDIP began in Panama, Panama (CIDIP-I, 1975) and continued in Montevideo, Uruguay (CIDIP-II, 1979), La Paz, Bolivia (CIDIP-III, 1984), Montevideo, Uruguay (CIDIP-IV, 1989), Mexico City, Mexico (CIDIP-V, 1994), and at OAS Headquarters in Washington DC for CIDIP-VI in 2002 and again for CIDIP-VII in 2009 for the adoption of an instrument on secured transaction registries. Consideration of the second topic approved for CIDIP-VII on Consumer Protection is still pending. Currently, the Permanent Council’s Committee on Juridical and Political Affairs requested the Department of International Law of the Secretariat for Legal Affairs to conduct preliminary inquiries to determine potential topics and instruments for a possible CIDIP-VIII. The Department provided the present overview of the topic, previous proposals for inclusion of topics, and potential next steps at the ordinary session of the Committee held on October 6, 2011” (OEA: 2011). Tradução livre: A Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos, em sua sessão ordinária realizada em 6 de outubro de 2011, considerou a seleção de novos temas para uma possível Oitava Conferência Interamericana Especializada sobre Direito Internacional Privado. Até esta data, foram realizadas sete Conferências Interamericanas Especializadas de Direito Internacional Privado (CIDIP), resultando na adoção de 27 instrumentos interamericanos (incluindo 20 convenções, 3 protocolos, 1 lei modelo, 1 regulamento modelo e 2 documentos uniformes). Esses instrumentos abrangem diversos temas destinados a criar um quadro jurídico eficaz para a cooperação jurídica entre os Estados interamericanos, a auxiliar os Estados na codificação e harmonização progressiva de seus sistemas jurídicos e a promover a justiça e a segurança civil, familiar, comercial e processual. Importa além das fronteiras. O processo de desenvolvimento e codificação do Direito Internacional Privado por meio da CIDIP teve início no Panamá, Panamá (CIDIP-I, 1975) e continuou em Montevideu, Uruguai (CIDIP-II, 1979), La Paz, Bolívia (CIDIP-III, 1984), Montevideu, Uruguai (CIDIP-IV, 1989), Cidade do México, México (CIDIP-V, 1994) e na Sede da OEA em Washington DC para a CIDIP-VI em 2002 e novamente para a CIDIP-VII em 2009 para a adoção de um instrumento em registros de transações seguras. Ainda está pendente a consideração do segundo tema aprovado para a CIDIP-VII sobre Defesa do Consumidor. Atualmente, a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente solicitou ao Departamento de Direito Internacional da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos a realização de investigações preliminares para determinar os temas e instrumentos potenciais para uma possível CIDIP-VIII. O Departamento forneceu a presente visão geral do tema, propostas anteriores para inclusão de temas e possíveis próximos passos na sessão ordinária do Comitê realizada em 6 de outubro de 2011.

¹² “Convención Interamericana sobre de Arbitraje Comercial Internacional; Convención Interamericana sobre Conflictos de Leyes en Materia de Letras de Cambio, Pagarés y Facturas; Convención Interamericana sobre Conflictos de Leyes en Materia de Cheques; Convención Interamericana sobre Exhortos o Cartas Rogatorias; Convención Interamericana sobre Recepción de Pruebas en el Extranjero; Convención Interamericana sobre Régimen Legal de Poderes para ser Utilizados en el Extranjero.”

	<ul style="list-style-type: none"> - Arbitragem Comercial Internacional; - Conflitos de Leis Relativos a Letras de Câmbio, Notas Promissórias e Faturas; - Conflitos de Leis Referentes a Cheques - Cartas Rogatórias, - Recebimento de Provas no Exterior - Regime Jurídico dos Poderes a Serem Usados no Exterior.
CIDIP-II¹³	<p style="text-align: center;">CONVENÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conflitos de Leis Referentes a Cheques, - Conflitos de Leis em Matéria de Sociedades Comerciais, - Cumprimento de Medidas Cautelares, - Domicílio das Pessoas Naturais de Direito Internacional Privado, - Eficácia Extraterritorial de Sentenças Estrangeiras e Sentenças Arbitrais, - Normas Gerais de Direito Internacional Privado - Provas e Informação sobre Direito Exterior. <p style="text-align: center;">PROTOCOLO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias
CIDIP-III¹⁴	<p style="text-align: center;">CONVENÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jurisdição na Esfera Internacional para a Eficácia Extraterritorial das Sentenças Estrangeiras - Conflitos de Leis Relativos à Adoção de Menores - Personalidade e Capacidade das Pessoas Jurídicas de Direito Internacional Privado. <p style="text-align: center;">PROTOCOLO:</p> <p>Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Recebimento de Provas no Exterior</p>
CIDIP-IV¹⁵	<p style="text-align: center;">CONVENÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contrato para o Transporte Internacional de Mercadorias por Rodovias - Obrigações de Manutenção - Restituição Internacional de Menores

¹³ “Convención Interamericana sobre Conflictos de Leyes en Materia de Cheques; Convención Interamericana sobre Conflictos de Leyes en Materia de Sociedades Mercantiles; Convención Interamericana sobre Cumplimiento de Medidas Cautelares; Convención Interamericana sobre Domicilio de las Personas Físicas en el Derecho Internacional Privado; Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros; Convención Interamericana sobre Normas Generales de Derecho Internacional Privado; Convención Interamericana sobre Prueba e Información acerca del Derecho Extranjero; Protocolo Adicional a la Convención Interamericana sobre Exhortos o Cartas Rogatorias.”

¹⁴ “Convención Interamericana sobre Competencia en la Esfera Internacional para la Eficacia Extraterritorial de las Sentencias Extranjeras; Convención Interamericana sobre Conflictos de Leyes en Materia de Adopción de Menores; Convención Interamericana sobre Personalidad y Capacidad de Personas Jurídicas en el Derecho Internacional Privado; Protocolo Adicional a la Convención Interamericana sobre Recepción de Pruebas en el Extranjero.”

¹⁵ “Convención Interamericana sobre Contrato de Transporte Internacional de Mercadería por Carretera; Convención Interamericana sobre Obligaciones Alimentarias; Convención Interamericana sobre Restitución Internacional de Menores.”

CIDIP-V¹⁶	CONVENÇÕES: - Direito Aplicável a Contratos Internacionais - Tráfico Internacional de Menores
CIDIP-VI	RESOLUÇÕES: - Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias (CIDIP-VI/RES. 5/02), - Normas sobre Documentos e Assinaturas Eletrônicos (CIDIP-VI/Res. nº 6/02), - Lei Aplicável e Jurisdição Internacional Competente em Matéria de Responsabilidade Civil Extracontratual (CIDIP-VI/Res. Nº 7/02) - Documentação Mercantil Uniforme para o Transporte Internacional, com Referência Particular à Convenção Interamericana sobre Contratos de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada de Rodagem de 1989 e a Possível Incorporação de um Protocolo Adicional sobre Conhecimento de Embarque (CIDIP-VI/Res.8/02)
CIDIP-VII	REGULAMENTO: - Regulamento Modelo para o Registro de que trata a Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias, anteriormente aprovada pela Resolução n 6/02, da CIDIP-VI.
CIDIP-VIII	—

Entretanto, o modelo adotado pelas Conferências Especializadas Interamericana sobre Direito Internacional Privado de concretizar legislações quanto à matéria de forma gradual também apresenta problemas. Está presente, ainda, número considerável de normas que disciplinam a mesma matéria em diferentes documentos internacionais, coexistentes e válidos, gerando possíveis conflitos de leis na aplicação da norma adequada ao caso concreto. Problema apontado desde a década de 1980¹⁷.

O número de Estados participantes das Conferências Especializadas acenam para o aprofundamento de uma tradição americana em criar normas uniformes de Direito Internacional Privado. E a coexistência de múltiplas normas vigentes – existentes desde o século XIX – pode gerar conflitos e a solução estaria na criação de mecanismos de resolução de conflitos de leis, previstas nos textos das convenções especializadas (GASPAR; JACOB, 2014, p. 701-704).

Ainda que múltiplas e coexistentes as normas em matéria de Direito Internacional Privado, é possível criar mecanismos de resolução de conflitos de leis nas CIDIPs. Como ensina

¹⁶“Convención Interamericana sobre DerechoAplicable a los Contratos Internacionales; ConvenciónInteramericana sobre Tráfico Internacional de Menores.”

¹⁷“Como un acto reflejo, elprofesional de derecho frente a un caso jusprivatista internacional podría pensar que el Uruguay por el solo hecho de ratificar estas nuevas Convenciones, quedaría desvinculado de los Tratados anteriormente ratificados respecto de lasmaterias específicas de que tratan. La realidad, sin embargo, no resultatansencilla como pudiera parecer y podríamosaventurarnos a sostener que enungran número de Convenciones de la CIDIP, sucede todo lo contrario.” (BELANDRO, 1989, p. 297) Tradução Livre: Como ação reflexa, o profissional do direito diante de um caso jusprivatista internacional poderia pensar que o Uruguai, pelo simples fato de ratificar essas novas Convenções, estaria separado dos Tratados anteriormente ratificados quanto às matérias específicas de que tratam. A realidade, entretanto, não é tão simples quanto pode parecer e poderíamos nos aventurar a argumentar que em grande parte das Convenções da CIDIP ocorre o contrário.

Renato Alvares Gaspar e Mariana Romanello Jacob¹⁸, a solução estaria no estabelecimento de mecanismos como as cláusulas de integração, permitindo a escolha da norma aplicável de forma mais coerente. Essas ferramentas contribuem para a eficácia do Direito Americano e o fortalecimento do regionalismo jurídico, partindo da modalidade associativa e, com pretensões futuras, de se estabelecer uma comunidade regional plena (BARZA, 2010, p. 118-126).

Ademais, os antecessores das Convenções Interamericanas de Direito Internacional Privado, a saber, o Tratado de Lima de 1878, os Tratados de Montevideu 1889 e 1940 e o Código de Bustamante de 1928 – que fundamentaram as atuais CIDIPs – precedentemente colaboraram para a estruturação e o desenvolvimento da Uniformização do Direito Internacional Privado. A análise dos objetivos de tais documentos permitem a verificação da participação americana na construção jurídica que unifica os continentes.

2 CODIFICAÇÕES AMERICANAS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: TRATADO DE LIMA DE 1878, TRATADOS DE MONTEVIDÉU 1889 e 1940 E CÓDIGO DE BUSTAMANTE DE 1928

2.1 TRATADO DE LIMA DE 1878

A verificação da contribuição da América para a uniformização jurídica em âmbito global permeia pela análise do Tratado de Lima de 1878. Sendo antecessor das Conferências Especializadas Interamericana sobre Direito Internacional Privado, o Tratado para Estabelecer Regras Uniformes em Matéria de Direito Internacional Privado 1877 foi assinado, em Lima, no dia 9 de novembro de 1878 e é recorrentemente citado como documento histórico de marco significativo na Uniformização do Direito Privado no âmbito americano.

Também conhecido como Tratado de Lima de 1878, este O Tratado de 1878 foi resultado dos trabalhos desenvolvidos no Congresso de Plenipotenciários Jurisconsultos reunidos em Lima por iniciativa do governo peruano. Foram sete Estados participantes, são eles: Peru, Argentina, Chile, Bolívia, Equador, Venezuela e Costa Rica. Do preâmbulo e do primeiro artigo do Tratado¹⁹, é possível extrair que os Estados participantes entenderam como uma necessidade a uniformização da legislação nas Américas, sobretudo em matéria de Direito Internacional Privado, expressamente prevista no citado Tratado.

Conforme Ana Maria Villela²⁰ ensina, o Tratado de Lima de 1878 é composto de sessenta artigos, dispondo sobre temas centrais de Direito Internacional Privado. O Tratado de Lima de

¹⁸“As cláusulas de integração são também relevantes por não engessarem os Estados aos tratados que ratificam. Embora indiquem – mormente às específicas – uma preferência e, portanto, um certo limite à opção por outro instrumento, as cláusulas não impedem ou restringem a aplicação deste de forma absoluta, permitindo que regras mais benéficas, expeditas, de caráter regional etc. sejam adotadas.” (GASPAR; JACOB, 2014, p. 713)

¹⁹“La República del Perú, la Argentina, la de Chile, la de Bolívia, la del Ecuador, la de los Estados Unidos de Venezuela y la de Costa-Rica, reconociendo la necesidad de uniformar, en cuanto sea posible, la legislación de los Estados Americanos, decidieron, por iniciativa del Gobierno del Perú reunir en Lima un Congreso de Plenipotenciarios Jurisconsultos [...] Quienes, previa exhibición de sus respectivos plenos poderes, que hallaron en debida forma, han discutido en una serie de conferencias la primera parte del programa acordado, relativo al Derecho Internacional Privado; y han convenido en que las Naciones por ellos representadas, adoptarán como leyes las disposiciones contenidas en los títulos siguientes [...]” (OEA, 1938) Tradução Livre: A República do Peru, Argentina, Chile, Bolívia, Equador, Estados Unidos da Venezuela e Costa Rica, reconhecendo a necessidade de uniformizar, na medida do possível, a legislação dos Estados Americanos, decidiram, por iniciativa do Governo do Peru, convocar em Lima um Congresso de Membros Plenipotenciários Jurisconsultos [...] Que, depois de mostrarem seus respectivos plenos poderes, que acharam ser na devida forma, discutiram em uma série de conferências a primeira parte do programa acordado, relativa ao Direito Internacional Privado; e concordaram que as Nações por eles representadas adotem como lei as disposições contidas nos seguintes títulos [...]

²⁰ “Relembremos, primeiramente, o Tratado de Lima que, composto de 60 artigos, pretendia estabelecer regras uniformes em matéria de direito internacional privado, legislando sobre o estado e a capacidade jurídica das

1878 foi dividido em oito títulos, conforme quadro abaixo, abordando questões como estado e capacidade jurídica, jurisdição e execução de sentença. Nos dizeres de Renato Alvares Gaspar e Mariana Romanello Jacob (2014, p. 691), “[o] Tratado de Lima (de 1878), estabeleceu regras uniformes de DIPr e disciplinou questões específicas da matéria”.

TÍTULOS	TEMAS (OEA, 1938)
PRIMEIRO	Da lei que rege o estado e a capacidade jurídica das pessoas, os bens situados na República e os contratos celebrados em país estrangeiro ²¹
SEGUNDO	Dos matrimônios celebrados em país estrangeiro e dos celebrados por estrangeiros na República ²²
TERCEIRO	Da sucessão ²³
QUARTO	Da competência dos Tribunais nacionais sobre atos jurídicos realizados fora da República e sobre os celebrados por estrangeiros que não residem nela ²⁴
QUINTO	Da jurisdição nacional sobre delitos cometidos em país estrangeiro e sobre os da falsificação em juízo de outros Estados (OEA, 1938) ²⁵
SEXTO	Da execução das sentenças e outros atos jurisdicionais ²⁶
SÉTIMO	Das legalizações ²⁷
OITAVO	Disposições comum aos títulos precedentes ²⁸

O Tratado de Lima de 1878 codificou os temas de Direito Internacional Privado do contexto americano, o que se repetiria nos próximos documentos jurídicos do continente. Entretanto, a tentativa de uniformizar temas com diferentes abordagens jurídicas, como o instituto da nacionalidade, foi um empecilho para a adoção do Tratado de Lima de 1878 nos diferentes países americanos (PARRA-ARANGUREN, 1996, p. 72-81). Mas esta não foi a última tentativa de codificação americana, sendo seguido pelos Tratados de Montevideu e pelo Código de Bustamante.

Destacando-se como o primeiro tratado no mundo a cuidar da matéria de Direito Internacional Privado, a América demonstrou não somente sua contribuição com a padronização global do tema, mas seu pioneirismo (VIZCARRA, 2012, p. 1-2). O Tratado para Estabelecer Regras Uniformes em Matéria de Direito Internacional Privado 1877 confirma o protagonismo do continente americano no estabelecimento das bases da Uniformização do Direito Internacional Privado, que se confirma, ainda, ao analisar-se a elaboração dos Tratados de Montevideu 1889 e 1940 e do Código de Bustamante 1928.

“pessoas, os bens e os contratos, o casamento, a sucessão, a competência dos tribunais nacionais, a jurisdição nacional sobre delitos cometidos no exterior, execução de sentenças e outros atos jurisdicionais, bem como legalizações.” (VILLELA, 1984, p. 12)

²¹ “De la ley que rige el estado y la capacidad jurídica de las personas, los bienes situados en la República y los contratos celebrados en país extranjero”.

²² “De los matrimonios celebrados en país extranjero y de los celebrados por extranjeros en la República”.

²³ “De la sucesión”.

²⁴ “De la competencia de los Tribunales nacionales sobre actos jurídicos realizados fuera de la República y sobre los celebrados por extranjeros que no residen en ella”.

²⁵ “De la jurisdicción nacional sobre delitos cometidos en país extranjero y sobre los de falsificación en juicio de otros Estados”.

²⁶ “De la ejecución de las sentencias y otros actos jurisdiccionales”.

²⁷ “De las legalizaciones”.

²⁸ “Disposiciones comunes a los títulos precedentes”.

2.2 TRATADOS DE MONTEVIDÉU 1889 e 1940

Os Tratados de Montevideu, assinados em 1889, apresentavam uma tendência universalista (PARRA-ARANGUREN, 1996, p. 90-91). Nesse sentido, tais documentos – acompanhando a ideia vanguardista do Tratado de Lima de 1878 – não restringiram seu campo de aplicação. Assim, a elaboração dos textos oficiais comprova a participação do continente americano na construção da Uniformização do Direito Internacional Privado em âmbito global.

Com tal característica, os Tratados de Montevideu de 1889 foram o resultado dos trabalhos do Primeiro Congresso Internacional Sul-americano, etapa que demonstra maior amadurecimento no processo de uniformização e que tem como resultado a produção de normas que demonstravam organização e clareza nos propósitos. Os Tratados de Montevideu de 1889 foram divididos em sete temas, nas áreas de civil e penal, entre outros mais específicos, além de um convênio sobre o exercício de profissionais liberais e um protocolo adicional²⁹.

O Protocolo Adicional aos Tratados, por sua vez, demonstrou a intenção dos países congressistas de desenvolver a harmonização das leis vigentes de forma a aplicar, pelo juiz nacional, a lei de outro Estado Contratante, independentemente de serem nacionais ou estrangeiras as pessoas da relação jurídica.

Participaram das reuniões que resultaram nos Tratados de Montevideu de 1889 representantes de sete países sul-americanos – Uruguai, Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Peru, Paraguai (ARGENTINA, 1894) (AYALA; *et al*, 1998). E, Embora tentassem solucionar os problemas de divergência em matéria de Direito Internacional Privado e alcançar amplamente as adesões dos Estados americanos, os Tratados de Montevideu de 1889 não obtiveram um número significativo de incorporações (GASPAR; JACOB, 2014, p. 691-692).

Ausentes a Costa Rica, a Venezuela e o Equador, as reuniões dos Tratados de Montevideu de 1889 não obtiveram diferença quantitativa das reuniões do Tratado de Lima de 1878, contando com a participação do Brasil, do Uruguai e do Paraguai – que não estiveram nas reuniões do citado Tratado de Lima –, além de Peru, Argentina, Chile e Bolívia. Em resposta a essa baixa adesão, os Tratados de Montevideu foram revisados entre os anos 1939 e 1940, durante o Segundo Congresso Internacional Sul-americano (Congresso de Montevideu), trazendo algumas mudanças pontuais.

Participaram das reuniões que resultaram na Revisão de 1940 os representantes de oito países sul-americanos – Uruguai, Brasil, Bolívia, Colômbia, Argentina, Chile, Peru, Paraguai – (AYALA; *et al*: 1998), não conquistando a participação da Costa Rica, da Venezuela e do Equador, ou de outro Estado americano, salvo a Colômbia.

O novo documento foi dividido em sete temas, além de um convênio e um protocolo adicional³⁰. Sem grandes inovações, essa revisão se deu em resposta à elaboração do Código de

²⁹ Art. 1º da [Lei argentina nº 3192, de 6 de dezembro de 1894](#): Apruébanselos tratados de derecho civil, comercial, penal, procesal, propiedad literaria y artística, marcas de fábrica y de comercio y patentes de invención, el convenio referente al ejercicio de profesiones liberales y el Protocolo Adicional, sancionados por el Congreso Sudamericano de Derecho Internacional Privado que se reunió en Montevideo el veinticinco de agosto de mil ochocientos ochenta y ocho y que suscribieron los plenipotenciarios de la República. (ARGENTINA, 1894) Tradução Livre: Art. 1º – Aprovar os tratados de direito civil, comercial, penal, processual, propriedade literária e artística, marcas de fábrica e de comércio e patentes de invenção, o convênio referente ao exercício das profissões liberais e o Protocolo Adicional, sancionado pelo Congresso Sul-Americano de Direito Internacional Privado que se reuniu em Montevideu em vinte e cinco de agosto de mil oitocentos e oitenta e oito e que foi assinado pelos plenipotenciários da República.

³⁰ “Apruébanselos Tratados sobre Asilo y Refugio Políticos y Propiedad Intelectual y la Convención sobre Ejercicios de Profesiones Liberales, suscritos a 4 de Agosto de 1939, en la Reunión de Jurisconsultos de Montevideo por los Plenipotenciarios de la República doctores Don Juis de Gásperi, Don Luís A. Argaña y Don Raúl Sapena Pastor; y los Tratados sobre Derecho Civil Internacional; Derecho Procesal Internacional; Derecho de Navegación Comercial Internacional; Derecho Comercial Terrestre Internacional y el Protocolo Adicional

Bustamante de 1928, que poderia impedir a ampliação das adesões dos Estados americanos aos Tratados de Montevideu.

TRATADOS	TRATADO DE 1888-1889 (ARGENTINA, 1894)	TRATADO DE 1939-1940 (PARAGUAI, 1955; 1960)
DOCUMENTOS SIMILARES	<p>Tratado de Direito Processual Internacional³¹ (1º)</p> <p>Tratado sobre Direito Penal Internacional³² (5º)</p> <p>Convenção sobre o Exercício de Profissões Liberais³³ (6º)</p> <p>Tratado de Direito Civil Internacional³⁴ (7º)</p> <p>Tratado de Direito Comercial Terrestre Internacional³⁵ (8º)</p> <p>Protocolo Adicional aos Tratados de Direito Internacional Privado³⁶(9º)</p>	<p>Tratado de Direito Processual Internacional³¹ (8º)</p> <p>Tratado sobre Direito Penal Internacional³² (7º)</p> <p>Convenção sobre o Exercício de Profissões Liberais³³ (1º)</p> <p>Tratado de Direito Civil Internacional³⁴ (4º)</p> <p>Tratado de Direito Comercial Terrestre Internacional³⁵ (5º)</p> <p>Protocolo Adicional aos Tratados de Direito Internacional Privado³⁶(9º)</p>
SUBSTITUIÇÃO	Tratado sobre Propriedade Literária e Artística ³⁷ (2º)	Tratado sobre Propriedade Intelectual ⁴⁰ (3º)

suscritos a 19 de marzo de 1940 en la misma reunión de Jurisconsultos por los Plenipotenciarios de la República doctores Don Raúl Sapena Pastor y Don Emilio Saguier Aceval.” (PARAGUAI, 1955) “Apruébase y ratifícase el Tratado de Derecho Penal Internacional, suscrito en Montevideo el 19 de marzo de 1940.” (PARAGUAI, 1960) Tradução Livre: “Os Tratados sobre Asilo Político e Refugiado e Propriedade Intelectual e a Convenção sobre o Exercício das Profissões Liberais, assinada em 4 de agosto de 1939, na Reunião de Jurisconsultos de Montevideu pelos Plenipotenciários da República médicos Don Juis de Gásperi, Don Luís A. Argaña e Don Raúl Sapena Pastor; e os Tratados de Direito Civil Internacional; Direito Processual Internacional; Direito Internacional da Navegação Comercial; O Direito Internacional do Comércio Territorial e o Protocolo Adicional assinados em 19 de março de 1940 na mesma Reunião de Jurisconsultos dos Plenipotenciários da República, Dr. Raúl Sapena Pastor e Sr. Emilio Saguier Aceval.” (PARAGUAI, 1955) “É aprovado e ratificado o Tratado de Direito

Penal Internacional, assinado em Montevideu em 19 de março de 1940”. (PARAGUAI, 1960).

³¹“Tratado de Derecho Procesal Internacional”.

³²“Tratado sobre Derecho Penal Internacional”.

³³“Convención sobre el Ejercicio de Profesiones Liberales”.

³⁴“Tratado de Derecho Civil Internacional”.

³⁵“Tratado de Derecho Comercial Terrestre Internacional”.

³⁶“Protocolo Adicional a los Tratados de Derecho Internacional Privado”.

³⁷“Tratado sobre Propiedad Literaria y Artística”.

	Tratado sobre Marcas de Comércio e de Fábrica ³⁸ (3º)	
	Tratado sobre Patentes de Invenção (4º) ³⁹	
NOVOS	—	Tratado sobre Asilo e Refúgio Políticos ⁴¹ (2º) Tratado de Direito de Navegação Comercial Internacional ⁴² (6º)

Nesse contexto, com o fim de organizar as múltiplas codificações americanas, foi firmada uma Carta e institucionalizada a Organização dos Estados Americanos – OEA (GASPAR; JACOB, 2014, p. 692-693). Então, viu-se uma mudança na abordagem do Direito Internacional Privado nas Américas e, em vez de codificações, passou-se a desenvolver elaborações graduais e especializadas das matérias internacionais, sobretudo com a abertura das Conferências Especializadas Interamericanas sobre Direito Internacional Privado, geridas pela OEA.

As diferentes abordagens do Direito Internacional Privado pelo continente americano, por codificações ou por convenções especializadas, demonstram o esforço em produzir conteúdo comum aos povos da América, ainda que a aplicabilidade no Direito interno sofresse, ao longo do século XIX e XX, alguns obstáculos em virtude dos interesses nacionais. A união em termos jurídicos foi tema das reuniões com representantes de todo o continente e os debates produziram material que se tornou fonte da standardização nos níveis regionais e na esfera global.

2.3 CÓDIGO DE BUSTAMANTE DE 1928

A efetividade das codificações, com a adesão em massa dos Estados Americanos, sinalizaria o nível de desenvolvimento do processo de Uniformização do Direito Americano. Constata-se, assim, a dinamicidade entre a padronização jurídica e os avanços científicos que romperam as fronteiras nacionais, a partir da análise das características do Código de Bustamante de 1928 e da condução dos trabalhos sobre o documento.

Com a presença de vinte e um Estados americanos, no dia 21 de fevereiro de 1928, na cidade de Havana, em Cuba, durante a Sexta Conferência Internacional Americana/Pan-americana, o Código de Direito Internacional Privado, conhecido como Código de Bustamante, foi ratificado por quinze dos Estados presentes. Pela expressiva participação dos representantes das Américas, o Código de Bustamante se tornou uma referência para as atuais convenções elaboradas pelas Conferências Especializadas Interamericanas sobre Direito Internacional Privado, conhecidas como CIDIPs.

Nos termos preliminares, o Código de Bustamante registra a participação de dez Estados sul-americanos – Peru, Uruguai, Equador, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Chile, Brasil, Argentina e Paraguai –, dez da América Central – Panamá, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Honduras, Costa Rica, Haiti, República Dominicana e Cuba – e dois dos três Estados norte-americanos – México e Estados Unidos da América⁴³.

⁴⁰“Tratado sobre Propiedad Intelectual”.

³⁸“Tratado sobre Marcas de Comercio y de Fábrica”.

³⁹“Tratado sobre Patentes de Invención”.

⁴¹“Tratado sobre Asilo y Refugio Políticos”.

⁴²“Tratado de Derecho de Navegación Comercial Internacional”.

⁴³“Los Presidentes de las Repúblicas de Perú, de Uruguay, de Panamá; de Ecuador, de México, de El Salvador, de Guatemala, de Nicaragua, de Bolivia, de Venezuela, de Colombia, de Honduras, de Costa Rica, de Chi

O Código Bustamante de 1928 é uma norma abrangente que cuida de tratar de diferentes temáticas jurídicas no campo internacional, dividindo seu conteúdo em um Título Preliminar – com as regras gerais – e quatro livros, com os seguintes assuntos: Direito Civil Internacional, Direito Mercantil Internacional, Direito Penal Internacional, Direito Processual Internacional (AYALA; *et al*, 1998, p. 713-808).

Entretanto, o Código de Bustamante não era, em seu tempo, a única legislação de Direito Internacional Privado elaborada nas Américas, pois o Tratado de Montevideu havia sido assinado em 1889 e em vias de revisão – que ocorreria em 1940. Como citado anteriormente, a existência de múltiplas normas criou a necessidade de encarregar a um organismo internacional a administração das negociações futuras sobre a matéria. A Organização dos Estados Americanos foi designada a tarefa de realizar revisões e reuniões que dissessem respeito ao tema de Direito Internacional Privado (GASPAR; JACOB, 2014, p. 692-693).

Até o surgimento das CIDIPs, a preferência americana era pela codificação do tema jurídico. Mas a abertura das Conferências Especializadas deu início à realização de reuniões objetivas, elaborando-se mecanismos para os conflitos porventura existentes devido à multiplicidade de normas cogigentes aplicáveis no âmbito americano (BELANDRO, 1989, p. 297) (RECH, 2008).

Por outro lado, ainda que, posteriormente, tenha surgido a predileção por documentos específicos, em detrimento das codificações – nas reuniões e na produção das CIDIPs –, o Código de Bustamante foi um marco para a uniformização do Direito Internacional Privado e seu estudo permite uma compreensão mais precisa da construção do Direito Internacional Privado na América.

3 CONCLUSÃO

A partir das análises iniciadas por este artigo, é possível constatar o aporte da América para o desenvolvimento da Uniformização do Direito Internacional Privado. No contexto do continente americano, há variadas legislações sobre a matéria desde o século XIX e, para o estudo das convenções especializadas hodiernamente, devem ser consideradas as codificações antecessoras, que buscaram fortalecer as relações entre os Estados americanos também no aspecto jurídico. Entretanto, não se pode desvincular o peso político e histórico das negociações e debates sobre o tema, pois foram tais aspectos que tornaram possível o desenvolvimento do Direito Internacional Privado americano.

A Uniformização do Direito Internacional Privado nas Américas atravessou duas etapas marcantes. A atual fase foi iniciada com a abertura das CIDIPs. Essas Conferências são

le, de Brasil, de Argentina, de Paraguay, de Haití, de República Dominicana, de Estados Unidos de América y de Cuba, Deseando que sus países respectivos estuvieran representados en la Sexta Conferencia Internacional Americana, enviaron a ella, debidamente autorizados para aprobarlas recomendaciones, resoluciones, convenios y tratados que juzgaren útiles a los intereses de América, los siguientes señores Delegados [...] Hecho en la ciudad de La Habana, República de Cuba, el día veinte de febrero de mil novecientos veintiocho, en cuatro ejemplares escritos respectivamente en castellano, francés, inglés y portugués que se depositarán en la Oficina de la Unión Panamericana a fin de que envíe una copia certificada de todos a cada una de la Repúblicas signatarias.” (AYALA; *et al*, 1998, p. 713-716) Tradução Livre: Os Presidentes das Repúblicas do Peru, Uruguai, Panamá; do Equador, do México, de El Salvador, da Guatemala, da Nicarágua, da Bolívia, da Venezuela, da Colômbia, de Honduras, da Costa Rica, do Chile, do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Haiti, da República Dominicana, dos Estados Unidos da América e de Cuba, desejando que seus respectivos países estivessem representados na Sexta Conferência Internacional Americana, enviaram-lhe, devidamente autorizados a aprovar as recomendações, resoluções, acordos e tratados que considerem úteis aos interesses da América, os seguintes ilustres delegados [...] Feito na cidade de Havana, República de Cuba, aos vinte dias do mês de fevereiro de mil novecientos e vinte e oito, em quatro exemplares redigidos respectivamente em espanhol, francês, inglês e português que serão depositados na Secretaria da União Panamericana a fim de enviar uma cópia autenticada de tudo a cada uma das Repúblicas signatárias.

caracterizadas pelo processo de codificação gradual, tendo preferência a discussão e elaboração de normas em matérias especializadas, centralizando os debates em matéria com maior aplicabilidade e eficácia. E, vê-se a tendência de participação expressiva dos Estados americanos, como, por exemplo, na CIDIP-I, com a adesão de dezenove Estados americanos, cooperando para a construção da padronização do Direito Internacional Privado em âmbito global.

Entretanto, em comparação às anteriores codificações, as CIDIPs constituem um formato recente, iniciado a partir da década de 1970, e que deve ser alvo de mais densas análises sobre as adesões e efetividade dos objetivos pretendidos. E o presente estudo teve pretensões de contribuir para a investigação do crescimento da standardização do Direito Privado no contexto regional e mundial a partir de seus antecessores.

A primeira fase da Uniformização do Direito Americano foi marcada pelas centralizadoras codificações, com o Tratado de Lima de 1878, os Tratados de Montevideu de 1888/1889 – e sua revisão em 1939/1940 – e o Código de Bustamante de 1928. Tais codificações foram essenciais para a estruturação dos temas de Direito Internacional Privado, mas não obtiveram aplicabilidade considerável, tendo em vista a sua ambição de uniformizar matéria de direito controversa e com diferentes abordagens, como o instituto da nacionalidade. Ademais, o surgimento de múltiplas legislações concorrentes também foi um empecilho para sua efetividade.

Entretanto, analisando-se os objetivos pretendidos na elaboração das codificações, resta demonstrado o interesse americano no fortalecimento da Uniformização do Direito Internacional Privado. A partir do Tratado de Lima de 1878, dos Tratados de Montevideu de 1889 e 1940 e do Código de Bustamante de 1928, verificou-se o pioneirismo e vanguardismo do continente americano, colaborando para a ampliação do estudo do tema.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Lei nº 3192, de 6 de dezembro de 1894**. Ley aprobatoria de los Tratados de Derecho Internacional de propiedad literaria, marcas de fábrica, de Comercio, y patentes de invención. Buenos Aires, Argentina: Congreso de la Nación Argentina, [1894]. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-3192-49053>. Acesso em: 20 out. 2020.

AYALA, Elixeno; SCAVONE, Rosa María; GIAGNI, de; RUIZ, Carmen Montaña de; SZARÁN, Roberto Úbeda (coord.). **Compilación de Tratados de Derecho Internacional Privado suscritos en el sistema interamericano entre 1888 y 1994**. Assunção, Paraguai: Corte Suprema de Justicia, Centro Internacional de Estudios Judiciales, 1998. 813 p. Disponível em: <https://www.pj.gov.py/ebook/comp-trat-der-inter-priv.php>. Acesso em: 19 out. 2020.

BARZA, Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro. Integração Regional e Direito Internacional Latino-Americano: um Estudo Segundo o Direito Internacional. **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco**, Pernambuco, n. 02, p. 111-129, 2009. Disponível em: <https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/7/9>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BELANDRO, Ruben B. Santos. Vigencia de los tratados de Montevideo de 1889 y 1940 a la luz de las CIDIP I, II y III. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 26, n. 103, p. 295-310, jul./set. 1989. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181986>. Acesso em: 27 out. 2020.

BLOKKER, Paul; THORNHILL, Chris. Constitutionalism between Nation States and Global Law. **Cambridge University Press**. Cambridge, p. 125-177, 2017. Disponível em: [https://www.research.manchester.ac.uk/portal/en/publications/constitutionalism-between-nation-states-and-global-law\(3965f541-975f-4731-86aa-0bf1cb8cc522\).html](https://www.research.manchester.ac.uk/portal/en/publications/constitutionalism-between-nation-states-and-global-law(3965f541-975f-4731-86aa-0bf1cb8cc522).html). Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério das Relações Exteriores, 1877. 464 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>. Acesso em: 19 out. 2020.

DOLINGER, Jacob. Ordem pública mundial: ordem pública verdadeiramente internacional no Direito Internacional Privado. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 23, n. 90, p. 205-232, abr./jun. 1986. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496822>. Acesso em: 19 out. 2020.

GARTH, Bryant G. The Globalization of the Law. In: CALDEIRA, Gregory A.; KELEMEN, R. Daniel; WHITTINGTON, Keith E. **The Oxford Handbook of Law and Politics**. Oxford: Oxford Handbooks, 2009. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199208425.001.0001/oxfordhb-9780199208425-e-14>. Acesso em: 12 mar. 2021.

GASPAR, Renata Alvares; JACOB, Mariana Romanello. Las Cláusulas de Integración bajo la óptica de la CIDIP: el papel de ese instrumento en la consecución de la cooperación judicial interamericana. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, México, v. 24, p. 687-726, 2014. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-internacional/article/view/467>. Acesso em: 19 out. 2020.

PARAGUAI. Lei nº 266 de 19 de julho de 1955. Por la cual se aprueban varios tratados y convenios internacionales. **Justia Paraguay**. Assunção: Cámara de Representantes da Nación Paraguaya, [1955]. Disponível: <https://paraguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-266-jul-19-1955/gdoc>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PARAGUAI. Lei nº 584 de 26 de maio de 1960. Por el cual se aprueba y ratifica el Tratado de Derecho Penal Internacionales, suscrito en Montevideo el 19 de marzo de 1940. **Justia Paraguay**. Assunção: Cámara de Representantes da Nación Paraguaya, [1960]. Disponível: <https://paraguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-584-may-26-1960/gdoc/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Assembleia Geral. Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI). **Ata Final**. Washington, D.C.: CIDIP-VI, 2002. 66 p. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/pr/CAJP/dir%20internacional.asp>. Acesso em: 20 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Assembleia Geral. Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII). **Ata Final**. Washington, D.C.: CIDIP-VII, 2009. 8 p. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/pr/CAJP/dir%20internacional.asp>. Acesso em: 20 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Assembleia Geral. Oitava Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VIII). **Selection of topics for a possible Eighth Inter-american Specialized Conference on Private**

International Law. Washington, D.C.: CIDIP-VIII, 2011. 5 p. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/pr/CAJP/dir%20internacional.asp>. Acesso em: 20 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Centenariodel CJI.** Washington, DC: OEA, [2020]. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/cji/centenario.asp>. Acesso em: 19 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Nossa História.** Washington, DC: OEA, [2020]. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp. Acesso em: 19 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Tratado para Establecer Reglas Uniformes en Materia de Derecho Internacional Privado 1877.** In: ARCHIVO diplomático del Perú. Congresos Americanos de Lima: Recopilación de Documentos precedida de Prólogo por Alberto Ulloa. t. 2. Disponível em: <https://www.oas.org/sap/peacefund/VirtualLibrary/virtualLibrary.html#8>. Acesso em: 03 nov. 2020.

PARRA-ARANGUREN, Gonzalo. La primera etapa de los tratados sobre Derecho Internacional Privado en América (1826-1940). **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas de la Universidad Central de Venezuela**, Caracas, n. 98, p. 60-128, 1996. Disponível em: <http://www.ulpiano.org.ve/revistas/php/buscar.php?Opcion=detalle&Expresion=N:8483&Formato=a&base=artic&cipar=artic.par>. Acesso em: 03 nov. 2020.

RECH, Carolina Magalhães. As Conferências Interamericanas de Direito Internacional Privado. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PU, 16., 2008, Rio de Janeiro. **Relatórios Anuais [...]**. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2008. Disponível em: http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2008/. Acesso em: 19 out. 2020.

REZA, Germán A. de la. La dialécticadel fracaso: el Congreso americano de Lima (1847-1848) y su desenlace. **Cuadernos Americanos**, México, n. 134, p. 11-26, 2010. Disponível em: <http://www.cialc.unam.mx/cuadamer/textos/ca134-11.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

RODAS, João Grandino; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **A Conferência da Haia de direito internacional privado: a participação do Brasil.** Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 580 p. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/subtracao-internacional/arquivos/>. Acesso em: 9 out. 2020.

VILLELA, Ana Maria. A unificação do direito na América Latina: direito uniforme e direito internacional privado. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 21, n. 83, p. 5-26, jul./set. 1984. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181517>. Acesso em: 19 out. 2020.

VIZCARRA, Ana Elizabeth Villalta. El Derecho Internacional Privado en el Sistema Interamericano. In: SEMINÁRIO DA ASOCIACIÓN MEXICANA DE DERECHO A LA INFORMACIÓN A. C. (AMEDI), 2012. México, DF. **Anais [...]**. México, DF: [s. n.], set. 2012. p. 1-23. Disponível em: <https://societip.files.wordpress.com/2013/12/el-derecho-internacional-privado-en-el-sistema-interamericano-ana-elizabeth-villalta-viscarra.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.